



Estado de Mato Grosso

## Câmara Municipal de Colíder

"Plenário das Deliberações"

### PROTOCOLADO

Sob. Nº 1.011

Em, 24/10/2016

[Assinatura]  
1º/2º Secretário

- |                                     |                             |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Projeto de Lei              |
| <input type="checkbox"/>            | Projeto Decreto Legislativo |
| <input type="checkbox"/>            | Projeto de Resolução        |
| <input type="checkbox"/>            | Requerimento                |
| <input type="checkbox"/>            | Indicação                   |
| <input type="checkbox"/>            | Moção                       |
| <input type="checkbox"/>            | Emenda                      |

Nº 326/2016

Autoria: Ver. Ricardo Caldeira Rezende "Lika" – PSDB

APROVADO  
AO EXPEDIENTE  
Sala das Sessões 24/10/2016  
[Assinatura]  
1º Secretário

**"TRANSFERÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO À  
3ª COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR DE  
COLIDER E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

A CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou, e eu NILSON JOSÉ SANTOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º - O Poder Executivo Municipal, através de convênio que fica autorizado a firmar, repassará recursos financeiros à 3ª Companhia de Polícia militar de Colider.**

**Art. 2º - O valor do convênio é da ordem de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis três mil reais), que será repassado em 12 parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais), através de transferência/depósito bancário na conta corrente específica do órgão favorecido, a partir de janeiro de 2017.**

**Art. 3º - O repasse terá como objetivo o pagamento das despesas de manutenção da estrutura da 3ª Companhia de Polícia militar**

de Colider, com material de higiene, limpeza interna – confecção de alimentação, cozinha, entre outras coisas.

Art. 4º - O valor do repasse indicado no art.2º constará do orçamento do exercício de 2017, para cumprimento do objeto desta Lei.

Art. 5º - A beneficiária prestará efetuar a prestação de contas pela utilização dos recursos financeiros recebidos, mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao mês correspondente à parcela recebida, sob pena de suspensão imediata das transferências das demais parcelas vencidas e vincendas, as quais ficarão retidas até a apresentação e aprovação da citada prestação de contas.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Sessões, 24 / 10 /2016

Ver. Ricardo Caldeira Rezende “Lika”

PSDB